



Ações coletivas de lésbicas na ditadura militar (1979-1988): trajetórias do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) e do Boletim *Chanacomchana*

Camila Lanhoso¹

RESUMO

O foco deste trabalho é compreender as experiências de lésbicas do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), que atuou politicamente em São Paulo na época da distensão da ditadura militar (1979-1985). Para empreender tal tarefa, o olhar será dirigido para o boletim *ChanaComChana*, no sentido de se atentar para a influência do cenário cultural, em que a imprensa alternativa junto às expressões artísticas marginais sustentou a produção e a circulação de um repertório simbólico mediado por valores contraculturais, criando condições para a mobilização social de grupos homossexuais e feministas.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade. Ditadura militar. Mulheres lésbicas.

Collective actions of lesbians in the military dictatorship (1979-1988): Trajectories of the Grupo de Ação Lésbica Feminista (Galf) and the *ChanaComChana* newsletter.

ABSTRACT

The focus of this work is to understand the experiences of lesbians of the Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) which acted politically in São Paulo at the time of the distension of the dictatorship (1979-1988). To undertake such a task, the look will be directed to the *ChanaComChana* newsletter, in the sense of paying attention to the influence of the cultural scene, in which the alternative press together with marginal artistic expressions sustained the production and circulation of a symbolic repertoire mediated by countercultural values, creating conditions for the social mobilization of homosexual and feminist groups.

Keywords: Gender norms and sexualities. Military dictatorship. Lesbian women.

¹ Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2019). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6750298232670232>. Email: camila_lanhoso@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

O crescimento de pesquisas voltadas para o cruzamento entre as homossexualidades e a ditadura militar se deu com a publicação de relatórios produzidos pelas Comissões da Verdade. Instaladas a partir do ano de 2013, as comissões visaram o resgate da memória histórica da ditadura militar e a busca da verdade sobre as graves violações dos direitos humanos ocorridas nesse período, sendo esse um dos pilares da Justiça de Transição².

Com isso, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) publicou, em dezembro de 2014, um capítulo com quinze páginas com o resultado de pesquisas documentais sobre as violações cometidas contra a população LGBTIQ+ na ditadura. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, por sua vez, fez pesquisas documentais nos acervos públicos e privados de São Paulo, e realizou uma audiência pública em 2014 com LGBTIQs que viveram a época da ditadura, sendo essa uma oportunidade única de deixarem registradas suas experiências e suas memórias sobre esse período. E, por fim, o relatório da Comissão da Verdade do Rio, publicado em 2015, dedicou um capítulo sobre a perseguição às pessoas LGBTIQs no Rio de Janeiro.

Em relação às lésbicas e a ditadura, mencionadas nos relatórios produzidos pelas Comissões da Verdade, ficou perceptível que suas experiências foram praticamente ignoradas, pois elas foram abordadas pouquíssimas vezes e sem quaisquer detalhamentos. Por exemplo, no âmbito da CNV, houve pouca profundidade sobre censura das obras de Cassandra Rios, sobre a Operação Sapatão e a revolta no Ferro’s bar, ocorridos em São Paulo³. Além disso, tais publicações sequer mencionaram a importância que o boletim *ChanaComChana* teve para a imprensa alternativa, para o circuito contracultural e para os movimentos sociais enquanto formas de contraposição à ditadura.

Devido às lacunas deixadas pelas comissões quanto aos acontecimentos envolvendo a população lésbica, gay, bissexual, travesti e transgênera, formulou-se a ideia de realizar uma pesquisa que envolvesse os estudos sobre gênero, sexualidade e ditadura militar. Pelo fato de o tema ser amplo e abrangente, considerando-se a literatura já produzida sobre a ditadura e a

² Em termos simplistas, a Justiça de Transição implica em uma série de medidas adotadas por governos que, em seus passados, tiveram regimes ditatoriais e/ou autoritários, ou seja, “o objetivo da justiça transicional implica em processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação” (VAN ZYL, 2011, p. 47).

³ Para maiores informações sobre a repressão às lésbicas na ditadura militar, ver o artigo “Existências lésbicas e tecnologias de gênero e sexualidade na ditadura militar brasileira (1964-1988)”, de Camila Lanhoso (2020), in: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/241975.pdf>>.



população LGBTIQ+, o recorte desta pesquisa ficou circunscrito à investigação e tematização das experiências de lésbicas no período da ditadura militar no estado de São Paulo, particularmente entre 1979 e 1988.

Como a tarefa empreendida no trabalho foi compreender as experiências políticas e afetivas de lésbicas no período da distensão da ditadura militar (1979-1988), privilegiou-se formas de expressão pública e política das sexualidades nesse período, tendo como foco a trajetória do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) e do boletim *ChanaComChana*, produzido pelas lésbicas do referido grupo entre os anos de 1981 e 1987, tendo como pano de fundo a emergência da contracultura e da imprensa alternativa.

A interface entre as perspectivas individuais e a identidade coletiva partilhada por esse grupo social, considerando o contexto histórico-político no qual elas estavam inseridas, faz com que o artigo esteja estruturado da seguinte maneira: 1) investigar a dinâmica política do surgimento do SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, com especial atenção para o subgrupo Lésbico-Feminista (LF), considerando a influência da contracultura na distensão do regime militar (1978-1985); 2) demarcar as principais ações políticas das lésbicas do GALF – antigo LF – e contextualizar sua relação política com os grupos homossexuais e feministas e 3) abordar, sucintamente, alguns aspectos do conteúdo do boletim *ChanaComChana* com o intuito de compreender as experiências das lésbicas do GALF.

2. SAPATEANDO NA DITADURA POR MEIO DA CONTRACULTURA

O primeiro eixo desse artigo tem como ponto de partida o cenário da abertura política (1978-1985), considerando que, ao mesmo tempo em que ocorria o auge da repressão política e do “milagre econômico”, o crescente consumo no campo da indústria cultural possibilitaria, alguns anos depois, a explosão de expressões contraculturais⁴, com o surgimento da imprensa alternativa, das experimentações artísticas marginais e dos movimentos sociais.

⁴ A definição de contracultura possui amplos repertórios, tanto abrangentes quanto específicos, podendo assumir características específicas dependendo da região ou país. De modo geral, para Kaminski (2016), as práticas contraculturais tinham uma conotação negativa e foi até mesmo utilizada como forma de xingamento por setores da esquerda, ao ser denominado como desbunde. O motivo era que a esquerda considerava que quem desbundava colocava seus sentimentos, visões de mundo e interesses pessoais acima do coletivo, da revolução armada e da organização partidária. Para o autor, tanto no campo da estética quanto no campo cotidiano, os desbundados eram “jovens que se apropriavam do imaginário da contracultura e artistas que passavam a valorizar a subjetividade em suas obras em detrimento de expressar mensagens contendo um projeto político definido” (KAMINSKI, 2016, p. 470).



Mesmo considerando que a mobilização popular não tenha sido decisiva para a interrupção definitiva do processo autoritário, ela balizou a mudança das características das ações coletivas na intenção de conferir outros sentidos de conceber o político e a política (MOUFFE, 2005).

É interessante notar que esse fenômeno ocorreu em meio à eliminação física e simbólica de partidos e organizações políticas que se empenharam na luta armada nos anos de chumbo, em meio ao eco de maio de 1968 nos processos políticos e culturais e em meio à emergência da globalização. Esse conjunto de fatores ajuda a compreender que o modo de fazer política e de atuar no campo público, tradicionalmente ocupado por estruturas políticas formais, como as político-partidárias e sindicais, perdeu força e possibilitou a politização de temas considerados “minoritários”, em referência à concepção hegemônica marxista sobre a centralidade da luta de classes para a emancipação humana (SÁ & CARVALHO, 2017).

Com o golpe militar de 1964, a população LGBTIQ+ viu-se acuada com a repressão política, e quaisquer tentativas de expressão pública de suas sexualidades eram vistas como perigosas, fazendo com que se voltassem e permanecessem fechados no gueto. Essa situação era sufocante, pois os guetos constituídos por LGBTIQs no Brasil caracterizavam-se, mormente, por locais de encontro de sujeitos da mesma orientação sexual e/ou identidades de gênero dissidentes, cuja chance de serem reconhecidos por familiares, amigos ou colegas de trabalho era menor, podendo servir de “salvaguarda” ao ostracismo social. Todavia, esses locais eram fortemente mediados pelo consumo e eram considerados despolitizados pelos integrantes do movimento homossexual (MACRAE, 1990).

A situação só mudou no fim dos anos de 1970, com a vinda de Winston Leyland ao Brasil, editor da revista literária norte-americana *Gay Sunshine*, voltada para a discussão sobre gênero e sexualidades, proporcionando intensa troca de informações com intelectuais, artistas e ativistas do Rio de Janeiro e São Paulo, que posteriormente se engajariam na publicação de um periódico da imprensa alternativa chamado *Lampião da Esquina*, direcionado para a temática das minorias.

O jornal *Lampião da Esquina* surgiu no fim de 1978, fez parte da imprensa alternativa e caminhou junto com os nascentes movimentos LGBTIQs, dentre eles, o SOMOS. Tanto o SOMOS quanto o *Lampião* eram intrinsecamente ligados às práticas artísticas marginais e contraculturais, imprimindo uma característica antiautoritária, no sentido de que ia de encontro às hierarquias de poder estruturadas e sedimentadas pela ditadura militar (SOUZA, 2013).



O *Lampião* enfatizou a necessidade de os homossexuais saírem da condição de semiclandestinidade e de lutarem politicamente pela livre expressão de gênero e orientação sexual, considerando o momento de distensão política que o país enfrentava. Os membros do jornal sabiam que era preciso mobilizar recursos simbólicos e sociais para reverter o quadro, uma vez que a representação de si de boa parte dos LGBTIQs era – e é ainda hoje – fortemente mediada pela moralidade judaico-cristã e pelos saberes médico-psiquiátricos, que consideravam as sexualidades dissidentes pecaminosas e doentes, reforçando o sentimento de desajuste, culpa e anormalidade. Ou seja, o jornal assumiu um olhar crítico sobre a moralidade conservadora e autoritária da sociedade brasileira, acentuada em um ambiente pouco democrático.

Além disso, o jornal se utilizou de códigos de linguagens específicos do meio homossexual, como o deboche, a irreverência e a “desmunhecação” como recursos para a luta pelo direito à liberdade de expressão que procurava alcançar uma transformação no tratamento dado às homossexualidades, no sentido de atribuir a positivação da identidade homossexual (SOUZA, 2013).

Ainda no momento da vinda de Winston Leyland ao Brasil, que resultou no lançamento do número zero do jornal *Lampião*, os homossexuais se interessaram em organizar um grupo de discussão sobre sexualidade e outros temas que os afetavam. Debatiam intensamente o conteúdo do *Lampião* em contraponto às matérias sensacionalistas sobre homossexualidade veiculadas pela imprensa, e chegaram a redigir uma carta aberta criticando a forma como as homossexualidades eram retratadas na televisão e nos jornais.

Trevisan (1986) contou que de início o grupo ficou conhecido como Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais e que focou na experimentação do “eu” por meio da autodescoberta e do prazer. Nesse espaço de sociabilidade abriram-se possibilidades de questionamento das tradicionais práticas sexuais e representações de gênero, do modelo de relacionamento heterossexista e monogâmico e, principalmente, do “*ethos* da masculinidade revolucionária”⁵ (GREEN, 2012).

⁵ Ao estudar a homossexualidade masculina e sua relação com as organizações políticas de esquerda que lutaram contra a ditadura militar, o autor constatou que existia um “modelo ideal” de ser revolucionário, que se centrava no culto à masculinidade hegemônica e heterocentrada. Nas palavras do autor “Se um militante revelasse seus desejos sexuais por um camarada, correria o risco de ser expulso da organização e se tornar um pária. O *ethos* da organização impunha heterossexualidade obrigatória ou, pelo menos, aparentava tal” (GREEN, 2012, p. 83).



Em fevereiro de 1979 o grupo recebeu um convite do Departamento de Ciências Sociais da USP para um debate com o título “O caráter dos movimentos de emancipação”. A ideia era debater a emergência de novos atores coletivos que entravam para o cenário político, como as mulheres, os negros, os homossexuais e os indígenas. Nesse momento, os integrantes acharam oportuno dar um nome para o movimento. Glauco Mattoso era poeta e sugeriu o nome SOMOS em homenagem à extinta organização política argentina Frente de Libertação Homossexual, que publicou a revista *Somos* em protesto às medidas conservadoras do peronismo na Argentina. Além disso, o nome SOMOS dizia respeito a “assumir a homossexualidade”, daí seu complemento “Grupo de Afirmação Homossexual”.

Com a presença do SOMOS no debate da USP, o interesse pelo movimento aumentou consideravelmente. Segundo Renan Quinalha (2017), chegou a ter cerca de cem pessoas, com flutuação de 30%, sendo que a cada mês ingressavam cerca de vinte, trinta pessoas e um número expressivo de lésbicas tornaram-se assíduo no grupo. O SOMOS era composto por jovens entre 20 e 30 anos, cuja raça/etnia era majoritariamente branca, de classe média e baixa de distintas ocupações/profissões, como funcionários públicos, massagistas, professores, estudantes, jornalistas, etc.

É interessante notar que, em virtude da proliferação de atores políticos com a redemocratização, o SOMOS enfrentou rixas e disputas tanto interna quanto externamente. De modo geral, pode-se dizer que existia, dentro do grupo, a clivagem entre as lésbicas do subgrupo Lésbico-Feminista, os anarquistas/autonomistas e os marxistas/trotskistas – que tinham proximidade com organização clandestina ligada à Liga Internacional dos Trabalhadores Quarta Internacional chamada Convergência Socialista.

Além das disputas internas, houve discussões acaloradas sobre métodos políticos frente à ditadura, que girou entre as lutas gerais, representadas por partidos e organizações de esquerda, e as lutas específicas, identificadas pelos movimentos feministas, negros e LGBTIQs. Tal configuração reverberou na dinâmica interna do SOMOS, que acabou dividido, dando origem ao grupo Outra Coisa – Ação Homossexual e ao GALF.

Quanto ao SOMOS, mesmo com a saída de boa parte dos veteranos identificados com a perspectiva autonomista, as desavenças internas continuaram por conta da proximidade de alguns com a Convergência Socialista. Dessa maneira, o SOMOS deixou de existir em 1983.

Os autonomistas que saíram do SOMOS adotaram o nome Outra Coisa – Ação Homossexualista. Formaram alianças com os movimentos Eros e Libertos, constituindo o



Movimento Homossexual Autônomo como tentativa de quebra da hegemonia do SOMOS no movimento LGBTIQ+. Essa aliança, porém, durou pouco tempo devido às divergências entre os três grupos.

As lésbicas do subgrupo Lésbico-Feminista rebatizaram a organização para Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). Suas pautas, alianças e diálogos políticos estiveram próximos ao movimento feminista. Entre as organizações surgidas do racha do SOMOS, o GALF foi o mais duradouro, existindo de 1981 a 1989 (FERNANDES, 2018).

3 O DEVIR LÉSBICO: ENTRE O MOVIMENTO LGBTIQ+ E O MOVIMENTO FEMINISTA

O subgrupo Lésbico-Feminista (LF) surgiu em 1979, momentos depois do encontro promovido pelo Departamento de Ciências Sociais da USP, quando da explosão do SOMOS. Nessa época, as lésbicas foram dispersas aos vários subgrupos de identificação, o que gerou incômodo entre elas, pois a conversa sobre a condição feminina era limitada, ao passo que, ao mesmo tempo, os gays afirmavam que a dispersão acontecia porque a presença das lésbicas nos vários subgrupos era fundamental para enriquecer o debate.

O incômodo das lésbicas com a dispersão entre os vários subgrupos foi percebido e compartilhado quando foi lançada a edição nº 12 do jornal *Lampião da Esquina*, cuja capa e matéria principal eram “Amor entre Mulheres”, possibilitando maior identificação e aproximação entre as lésbicas do SOMOS. Miriam, uma das integrantes mais antigas do movimento LGBTIQ+, rememora esse fato em entrevista a Tânia Pinafi (2011):

A partir de reuniões, exclusivamente femininas, organizadas com o objetivo de escrever um artigo sobre lesbianismo, para o *Lampião* de maio de 79, algumas de nós sentiram a necessidade de criar um subgrupo, só de mulheres, dentro do SOMOS, não apenas pela consciência de nossa especificidade, enquanto mulheres e lésbicas, mas também para fazer frente ao machismo dos “bichas” (como costumávamos chamá-los) que não era brincadeira (PINAFI, 2011, p. 21).

A referência ao machismo das bichas citada por Martinho é a palavra “racha”, utilizada por eles ao aludirem às lésbicas, como se tivessem algum defeito por serem mulheres, isto é, por não possuírem um pênis. Para elas, essa carga era pejorativa, falocêntrica e tinha um caráter misógino (FERNANDES, 2014, 2018).



As especificidades entre as homossexualidades masculinas e femininas se fizeram presentes nesse contexto, embora tenham sido pouco abordadas entre os membros do SOMOS. Foram as lésbicas que se propuseram a discutir essa questão, conforme aponta MacRae:

[...] várias mulheres do grupo logo começaram a se preocupar com as expressões de machismo correntes, no grupo. Uma das piores, segundo elas, seria uma tendência a ignorar as necessidades específicas das lésbicas, quando não a sua própria existência dentro do SOMOS (MACRAE, 1990, p. 139).

É preciso levar em consideração que os processos identificatórios são construídos sob a égide de discursos e de práticas sociais alicerçadas na norma andro-heterocentrada e homofóbica (PINAFI, 2011). Para compreender esse fenômeno, atenta-se para as contribuições teóricas de Daniel Borrillo (2010), que considera o sexismo, a homofobia e o heterossexismo componentes de um dispositivo político que naturaliza e legitima as desigualdades de gênero e sexualidades. O sexismo, para ele, diz respeito à dominação do masculino sobre o feminino; a homofobia hierarquiza as sexualidades e o heterossexismo enquanto forma de comportamento e de juízo de valor se universalizam sob a premissa da superioridade moral e biológica dos seres heterossexuais.

Por esse raciocínio, percebe-se que a escassa discussão sobre as especificidades lésbicas se dá em razão da ininteligibilidade das relações assimétricas de gênero. Isto é, os homens gays pouco se interessavam para o que as lésbicas tinham a dizer pelo fato de, simbolicamente, a identificação feminina se compor pela complementaridade, pelo contraste e/ou pela analogia em relação ao masculino resultando, portanto, no processo de invisibilização das lésbicas do SOMOS (PINAFI, 2011),

Marisa Fernandes (2018) declarou que a formalização de um subgrupo exclusivamente feminino aconteceu em uma reunião geral realizada em junho de 1979, que contou com a presença de cerca de oitenta gays e dez lésbicas. As propostas apresentadas pelas lésbicas foram: “encaminhar a discussão sobre machismo e feminismo no SOMOS, apresentar um temário específico para ser discutido por todos, ter um grupo de acolhimento e afirmação da identidade só para lésbicas e buscar alianças com o movimento feminista” (FERNANDES, 2018, p. 93). Entretanto, tais propostas não foram bem recebidas pelos gays, principalmente os recém-ingressados no SOMOS e também por alguns veteranos que as hostilizaram e as acusaram de históricas e divisionistas.



Pelo fato de as lésbicas contarem com um número baixo de integrantes, passaram a interagir mais intensamente com o gueto, atraindo novas integrantes, configurando uma mudança de perfil, no sentido de o LF tornar-se mais heterogêneo. Se anteriormente o grupo era constituído por mulheres universitárias, brancas e de classe média, surgiram as lésbicas de classes sociais baixas, de distintas cores/raças e de diferentes regiões do Brasil (MACRAE, 1990).

A questão da “dupla militância” como método político utilizado pelas lésbicas incomodava os homens do SOMOS, conforme se vê no argumento de MacRae (1990, p. 265): “A ambiguidade dessa situação é tão manipulada, dependendo das conveniências políticas, e ora elas se declaram feministas, ora homossexuais. Mas a especificidade lésbica é continuamente lembrada sob a alegação de uma ‘dupla opressão’”. O mesmo autor disse que os gays tiveram essa postura por medo de perda de autonomia do SOMOS diante dos partidos políticos, embora estivesse implícito o não reconhecimento das diferenças de classe, de raça, de região, de gênero e de sexualidade que atravessavam as relações como um todo no SOMOS.

Com a autonomia do LF em relação ao SOMOS, as lésbicas reconheceram que a conquista de um espaço específico, explicitada com a produção do jornal *ChanaComChana*, fez com que sentissem e convivessem com uma série de divergências entre elas, que até então não haviam sido afloradas devido às lutas empenhadas frente ao machismo dos gays do SOMOS.

As integrantes do LF foram convidadas para ajudar a organizar o II Congresso da Mulher Paulista, que ocorreria nos dias 8 e 9 de março de 1980 no Teatro da PUC. Segundo Fernandes (2014), as lésbicas não foram bem aceitas pela coordenação do congresso porque era a primeira vez que as feministas ouviam falar sobre sexualidade e prazer sexual feminino.

O clima do II CMP foi muito difícil devido às disputas entre as feministas autônomas e as integrantes ligadas aos partidos políticos, como PMDB, PCdoB e PC que queriam boicotar o evento porque não discutiam as condições da classe operária, valendo-se até mesmo a agressão física. Os temas propostos para discussão no congresso foram escamoteados, como a condição social das mulheres, o aborto, a questão lésbica, o machismo, a situação das mulheres negras, das presas comuns e das prostitutas (LAMPPIÃO DA ESQUINA, ed. 35, 1981).

Tânia Pinafi (2011) menciona um fator bastante importante para a o acirramento entre as integrantes dos partidos políticos e as feministas: o congresso foi realizado no calor do momento da distensão política, época em que surgiram diversos partidos políticos legalizados.



Isso fez com que os partidos políticos dirigissem suas atenções para as disputas com os movimentos sociais.

A mesma autora citou outros atritos surgidos no congresso, se referindo à relação entre as integrantes do LF e as feministas autônomas organizadoras do evento, que, por seus turnos, asseveravam a dificuldade em sustentar seus posicionamentos políticos frente os partidos políticos. Por isso,

[...] [a] princípio as feministas não v[ia]m com bons olhos a entrada das mulheres lésbicas por acreditarem que se as reivindicações das mulheres, num âmbito geral, já eram difíceis, pior seria para o feminismo se ali fossem incluídas questões “menores”, como a sexualidade, nos encaminhamentos do movimento. Ao comentar sobre esse momento da militância lésbica junto às feministas, Aimê, informante de Pinafi, ironiza: “se o privado é político e a gente não pode dizer que é lésbica, como é que fica? O privado das mulheres heterossexuais é político e o nosso não? (risos) (PINAFI, 2011, p. 69).

Além disso, a informante de Pinafi (2011) destacou que as feministas heterossexuais tinham medo de serem rotuladas como lésbicas e existiam lésbicas atuantes no movimento feminista que escondiam a orientação sexual. Implicitamente, percebe-se o *modus operandi* da epistemologia do armário, termo cunhado por Sedgwick (2007), em que as negociações diárias sobre o que revelar e/ou manter em segredo são oriundas “do dispositivo da regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também, aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores” (SEDGWICK, 2007, p. 19). A metáfora do armário é formadora da vida dos sujeitos, ou seja, a fala de Aimê é fundamental ao desvelar os mecanismos ora sutis, ora descarados, de silenciamentos de sujeitos não heterossexuais.

Na edição nº 23 do *Lampião da Esquina*, uma das integrantes do LF, Cynthia Sarti, redigiu uma coluna explicando com detalhes o ocorrido no congresso. Nesse mesmo documento, ela escreve que ao final do congresso, as integrantes do LF redigiram um manifesto repudiando o comportamento autoritário das membras de partidos políticos, dizendo que:

Embora a herança de todas nós seja a de uma prática política autoritária, alimentada pelos 16 anos de ditadura que vivemos, queremos afirmar que nossa luta é antiautoritária por excelência, dando espaço para que todas as mulheres coloquem seus problemas da forma e na medida em que são vividos por elas. Organizamos o I Congresso da Mulher Paulista. Organizamos o II Congresso da Mulher Paulista. Nossa disposição continua a mesma: construir um movimento unificado de mulheres (LAMPIÃO DA ESQUINA, 23, 1980, p. 8).



A necessidade de pontuar a influência da ditadura nos processos de subjetivação política foi fundamental para reconhecer a existência de mecanismos de poder existentes dentro dessas organizações políticas, cujas assimetrias de raça, gênero, classe e sexualidade eram desviadas para a deslegitimação das causas minoritárias, deslocando, assim, essa lógica de poder para outro modo de fazer política que considerasse o plano das subjetividades presentes nas relações sociais afetivas e interpessoais.

Três meses após o II CMP, os grupos que participaram do congresso encontraram-se novamente para discutir as polêmicas que aconteceram. Entre os dias 21 e 22 de julho de 1980, na cidade de Valinhos, interior de São Paulo, o LF participou do I Encontro dos Grupos Feministas do Estado de São Paulo junto aos grupos Pró-Mulher, Nós Mulheres, Brasil Mulher, Frente de Mulheres Feministas, Associação de Mulheres, Grupo Feminista 8 de Março e Coletivo Feminista de Campinas.

A partir desse encontro de Valinhos, foi montada uma comissão permanente entre os diversos grupos que participaram, dando origem, posteriormente, ao grupo autônomo SOS-Mulher. Depois do racha interno do LF, algumas lésbicas passaram a atuar no SOS-Mulher.

As divergências que reverberaram no racha interno no LF foram sobre desavenças envolvendo um triângulo amoroso entre Z., L. e M. No início do SOMOS, Z. e L. namoravam, porém, com o término da relação, L. se envolveu com M. As integrantes próximas de Z. saíram do LF e passaram a atuar no SOS Mulher porque não consideravam a identidade lésbica como identidade política, e a condição de lésbicas seria apenas uma particularidade de suas vidas. MacRae (1990) aponta que “para elas, o SOS não tolhia suas relações sexuais e afetivas e fazia mais sentido permanecer naquele grupo onde poderiam militar ao lado de um espectro mais amplo de mulheres” (p. 267).

Sob outra perspectiva, M. e outras militantes próximas desvincularam-se do SOS Mulheres e optaram por permanecer no LF porque acreditavam que considerar a lesbianidade como uma vivência particular era precária, pois, “ao restringir o lesbianismo ao seu aspecto puramente sexual escamoteia, esconde e ameniza os aspectos sociais do preconceito levando, conseqüentemente, à desmobilização política” (CHANACOMCHANA, ed. 10, 1986, p. 3).

É interessante perceber como a relação amorosa, nesse contexto, principalmente no tocante às relações monogâmicas ou não monogâmicas, é também histórico-política. Pelo fato da monogamia ser uma convenção social, não está imune às relações de poder e de dominação,



conclui Miriam na 3ª edição do boletim *ChanaComChana*, ao refletir sobre os sentimentos de posse, ciúme, disputa e competição que se fizeram presentes nos desentendimentos entre as mulheres, levando à cisão do LF em dois grupos distintos, como o SOS-Mulheres e o Terra Maria Opção Lésbica. Foi a partir desse episódio que o nome grupo Lésbico-Feminista passou a ser Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), em 1981.

As experiências com outros coletivos feministas autônomos também foram difíceis, pois a discussão sobre o prazer, a sexualidade feminina e a autonomia dos corpos era considerada tabu e polêmica. Para o LF, ficou perceptível que havia a forte presença do heterossexismo nas relações entre as mulheres, tanto de partidos políticos quanto de movimentos autônomos, fato que desencadeou o apagamento das experiências lésbicas nos movimentos feministas da década de 1980, com a priorização da agenda relacionada às vivências de mulheres heterossexuais, como a gravidez e o parto, a esterilização, a contracepção e o aborto (SOARES & SARDENBERG, 2011).

O objetivo aqui foi tentar estabelecer um contato breve com o posicionamento público de lésbicas frente à ditadura militar, ao movimento LGBTIQ+ e ao movimento feminista tendo em vista a presença do heterossexismo nos movimentos feministas e a predominância de narrativas masculinas sobre a primeira onda da militância política homossexual no contexto da ditadura militar, fatos que dificultaram quanto à construção da memória política da organização de lésbicas no Brasil.

4 O BOLETIM *CHANACOMCHANA* E A CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE LÉSBICA

O terceiro eixo desse artigo se direciona para a contextualização do boletim *ChanaComChana*, elaborado pelas lésbicas atuantes no GALF. Atentar para esse tema é pertinente para compreender que as práticas sociais das atrizes envolvidas estiveram inseridas no que historicamente se configurou como imprensa alternativa.

O *ChanaComChana*, circulou de 1981 até 1987. A partir de 1987, a proposta editorial do boletim se transformou e deu origem ao boletim *Um Outro Olhar*, sustentado e produzido por integrantes do GALF que passaram a atuar na Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, organização formalmente registrada no cartório em 1990, sob o formato de uma ONG. *Um Outro Olhar* circulou de 1987 a 1995 no formato de boletim e depois, entre 1995 a 2002, no formato de revista.



Inserido na imprensa alternativa e nas práticas contraculturais, o boletim *ChanaComChana* situou-se entre a imprensa homossexual e a imprensa feminista. Na verdade, seu surgimento ocorreu pela necessidade de as lésbicas falarem por elas mesmas, pois nem a imprensa homossexual, nem a imprensa feminista abordavam esse assunto com profundidade.

O *ChanaComChana* como objeto de estudo pode servir de parâmetro para observar a mudança de característica desse tipo de imprensa: nas primeiras edições, de acordo uma das integrantes do GALF, Miriam, o boletim “tinha uma cara de fanzine, uma coisa anarquista, dentro da proposta punk da década de 80 e dentro da proposta do feminismo radical” (CARDOSO, 2004a, p. 99). Já nas últimas edições, ela diz que a revista *Um Outro Olhar* “já nasce com outra perspectiva [...] é diferenciada, mais palatável. Focada mais em comportamento, dicas de lazer. A leitora não gosta de artigos políticos; hoje querem saber só de romance e baladas” (CARDOSO, 2004a, p. 99).

Ao argumentar sobre os escritos do *ChanaComChana* e também do *Um Outro Olhar*, Maia (2017) pontuou que as ativistas, ao escreverem sobre as próprias experiências tendo como ponto de partida o devir lésbico, construíram um “arquivo de sentimentos”. As ativistas do GALF buscaram nas escritas sobre as lesbianidades uma reflexão política e filosófica, que tinha como propósito de compartilhamento de afetos, desejos e sentimentos, criando condições para o surgimento de uma rede de sociabilidade lésbica.

É interessante notar o paradoxo desse período histórico: ao mesmo tempo em que ocorria a imposição de um modo de vida conservador e autoritário, a contracultura, a imprensa alternativa e os movimentos minoritários eclodiram, combinação essa que lhes possibilitou dar outro significado às sociabilidades e às identidades. Pode-se observar isso na apresentação do boletim: “Nosso principal motivo, com o *ChanaComChana*, é quebrar o muro de preconceitos que envolve e isola as mulheres lésbicas, criando uma rede de contatos, informações e apoio tanto no Brasil quanto no exterior” (EDITORIAL, CHANACOMCHANA, ed. 12, 1987, p. 0).

Uma das estratégias de mobilização política empreendida por elas foi construir redes de relacionamentos e contatos, como bem mencionou Maia (2017). Um exemplo concreto da constituição de redes é lembrar que o GALF, por ter tido a experiência com o esvaziamento numérico de integrantes quando da época do SOMOS por efeito da falta de um espaço próprio, buscou interagir mais com o gueto. Assim, o GALF passou a adotar outra estratégia de aproximação com o gueto: toda vez que saía uma edição do *Lampião da Esquina* que mencionasse ou abordasse as lesbianidades, elas vendiam os jornais e boletins, distribuíam



panfletos e assim travavam contatos com as lésbicas frequentadoras do gueto. Assim que nasceu o boletim *ChanaComChana*, elas adotaram a mesma prática de criar pontos de contatos.

Ainda em relação à rede, é fundamental dizer que, para as lésbicas, os assuntos mais comuns e recorrentes nas conversas realizadas nos meios de comunicação da época eram sobre experiências com angústia, isolamento e solidão. Como elas, ao longo da existência, se comunicavam por meio de códigos de linguagens compreensíveis apenas para elas mesmas e, quando se socializavam – seja como amantes ou amigas –, era normalmente em espaços mais ou menos privados, os relacionamentos entre mulheres acabavam sendo bem mais ocultos e fechados em si mesmos. Com o surgimento da imprensa alternativa, as relações homoeróticas femininas mudaram de dinâmica:

A participação em grupos ativistas aparece então não somente como forma de estabelecer novos vínculos com outras mulheres lésbicas, mas também é apontada como necessária para o combate à discriminação que afeta a todas. Dessa forma, a circulação de diferentes envelopes pelo correio – levando boletins e outros materiais daqui para lá e de lá para cá, conectando mulheres em suas correspondências relativamente institucionais e/ou mais íntimas –, ao criar redes, fomenta saídas para o isolamento (MAIA, 2017, p. 85).

Outra questão interessante que Maia (2017) compreendeu, ao analisar as redes de sociabilidades lésbicas desse período, foi que “o dispositivo do armário e seu imperativo de não falar constituíam um impeditivo para que mulheres lésbicas se reconhecessem e estabelecessem contatos entre si” (p. 125). Porém, ao mesmo tempo, foi a partir desse mesmo dispositivo que elas criaram vínculos – por meio do boletim *ChanaComChana*.

Circulado entre 1981 e 1987, com o total de 12 edições, sendo um dos mais duradouros da imprensa alternativa, as edições do boletim *ChanaComChana* foram publicadas a cada três ou quatro meses, com cerca de duzentos exemplares por edição, totalizando, em termos de volume, de 11 a 33 páginas de conteúdo. Quanto ao tamanho, as criadoras adotaram o formato tabloide. Em uma entrevista à autora Cardoso (2004a), Miriam Martinho detalhou as condições de produção do *ChanaComChana*:

Uma equipe muito enxuta, cerca de quatro pessoas, se responsabilizava pela publicação. Tinha uma reunião de pauta, improvisada. Nós sentávamos, discutíamos, pedíamos sugestão e voluntários; e na medida em que os textos iam chegando, a gente ia fechando o jornal. A impressão era em copiadora, o original era feito na base da montagem e colagem com recortes datilografados (CARDOSO, 2004a, p. 99).



Uma maneira de o *ChanaComChana* subsistir financeiramente foi o financiamento coletivo na forma de associação. As pessoas interessadas no assunto podiam ser assinantes ao pagarem uma taxa mensal ou anual e receberem o boletim por correio. A assinatura do boletim permitia às leitoras o acesso aos seguintes “serviços”:

1) integrar nossa lista de correspondente (com endereços de mulheres de todo o Brasil) que é publicada no *ChanaComChana* a cada edição; 2) obter informações sobre pontos de encontro (bares, boates, hotéis) e sobre entidades feministas, lésbicas e homossexuais do Brasil e do exterior; 3) receber o histórico do GALF e indicações de livros sobre feminismo, lesbianismo e homossexualismo (Também xerocamos livros nacionais ou importados a pedidos); 4) receber informes sobre as atividades públicas que o GALF pretende realizar e a contar com nosso apoio psicológico e afetivo quando precisar (EDITORIAL, CHANACOMCHANA, ed. 8, 1985, p. 15).

Interessa explorar a origem e o significado desse nome ousado e transgressor. Pode-se dizer que o GALF teria escolhido o nome *ChanaComChana* fazendo recurso à linguagem escrachada, característica presente também nos jornais *Lampião da Esquina* e *Pasquim*. Tal linguagem seria um traço político da imprensa alternativa (LESSA, 2007). Na primeira edição do boletim, publicado em janeiro de 1981, as integrantes do GALF mencionaram que:

O *ChanaComChana* foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como ‘órgão sexual feminino’. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como ‘CHANCE’; para outros como ‘CHANCA’ (pé grande – sapatão?), e para outros como ‘CHAMA’. [...] Sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias (EDITORIAL, CHANACOMCHANA, 1, 1981, p. 4).

A palavra “chana”, para elas, vai além da conotação biologizada do órgão sexual, é uma palavra ampla que agrega a pluralidade das existências de mulheres que se relacionam com mulheres, dando visibilidade ao caráter político de seus modos de expressar, de ser e de existir. Em outras palavras, a palavra “chana” é um devir, no sentido deleuziano do termo, é um ensaio sobre seus desejos para que eles existam no mundo, com o objetivo é criar novos territórios e novas subjetividades.

Ademais, é preciso lembrar que a estratégia política de o *ChanaComChana* tornar as lesbianidades visíveis se deu no contexto de construção de uma memória coletiva favorável ao regime autoritário, em que os mecanismos sofisticados de obediência, hierarquização e



disciplinarização dos corpos refletiram o *ethos* de uma sociedade militarizada, simbolicamente representada pelo poder branco, viril, heterocentrado e androcêntrico, negando a presença do “Outro” na política e nos espaços públicos.

Para o *ChanaComChana*, a adoção da palavra lésbica, “que ainda arrepia franchas, ladies, entendidas, sapatões, bichas, heterossexuais, feministas, etc.”, tinha por objetivo ir além da positivação de uma identidade considerada marginalizada. Era um recurso contra-simbólico, que ia de encontro à heterossexualidade compulsória e ao “pensamento hétero” (WITTIG, 1992), pois, ao relacionarem-se não somente em termos afetivo-sexuais, mas também em termos políticos, ameaçavam a hegemonia do regime heterossexual enquanto organização política, social e cultural. E mais, para as ativistas do GALF, ser lésbica

[...] representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, muito mais que isso, significa uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo. Através dela, identificamos nossa luta contra os preconceitos e passamos a existir política, social e culturalmente, rasgando o manto da invisibilidade que tanto interessa ao sistema (EDITORIAL, CHANACOMCHANA, ed. 3, 1981, p. 1).

É preciso entender sua estrutura em termos de forma e conteúdo. O boletim era composto por seções fixas e outras que variavam conforme as edições. As seções fixas eram: “Poesia”, “Cartas”, “Anúncios”, “Dicas de leituras” e “Informes”, que a partir da 9ª edição foi substituída por “Em movimento”. O boletim não apenas informava ou explorava os assuntos de interesse das autoras, era um elo de comunicação e de relação entre as leitoras e as realizadoras do boletim. Já as seções que não eram fixas, como as entrevistas, os artigos de opinião e/ou ensaios e as matérias, o *ChanaComChana* abordou uma variedade de assuntos.

De maneira bastante resumida e com base na sistematização de uma planilha em Excel para cada edição do *ChanaComChana*, ao preencher as lacunas com informações sobre “Temas discutidos”, os assuntos debatidos no boletim foram os seguintes: a) discriminação por orientação sexual no trabalho, nas relações familiares, nos partidos políticos e nos movimentos sociais (feministas); b) lesbianidades enquanto discussão política e filosófica; c) entrevistas com movimentos sociais como Associação das Donas de Casa, Mulheres de Chuteira, Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e candidatas ao poder legislativo, como Cassandra Rios, Irede Cardoso e Dulce Cardoso; c) debates na Associação Paulista de Medicina com GALF e Outra Coisa, na Associação Sociólogos do Estado de São Paulo, no Simpósio sobre homossexualidade



feminina; d) participação de eventos como Festival de Mulheres nas Artes, I Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina, Caribe e de Chicanas, III Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe, VIII Encontro Nacional Feminista, VIII Encontro do ILIS (Conferência Lésbica em Genebra); e) representação de lésbicas na arte, em filmes, livros e peças de teatro; f) ditadura e repressão às sexualidades dissidentes em países socialistas como Cuba, Alemanha Oriental e Moçambique; g) transexualidade; h) ações contra o parágrafo 302.0, que rotulava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual; j) HIV/AIDS; k) violência doméstica; l) relação das lesbianidades com adoção, gravidez, maternidade, aborto; m) construção histórica e social das famílias; n) relacionamentos afetivos; o) papéis sexuais; p) eleições de 1986, com propostas políticas para indígenas, negros, mulheres, homossexuais e meio ambiente; q) Constituinte; r) impactos da legislação brasileiras na vida de LGBTIQs; s) saúde feminina e saúde lésbica, entre outros.

5 CONCLUSÃO

Foi observado que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela efervescência política e cultural oriundas da modernização dos processos de produção capitalista, permitindo a produção e a circulação de bens de consumo no campo da indústria cultural. Isto é, ao mesmo tempo, com a proliferação de jornais, revistas, programas de televisão, rádios, cinema, ocorreram a forte mudança nos hábitos comportamentais e de consumo da sociedade brasileira.

Em decorrência desse processo, diversos sujeitos, especialmente a juventude, com maior acessibilidade aos recursos culturais e materiais, tencionaram alguns valores tradicionais como sexo, casamento e filhos; o número de mulheres no mercado de trabalho e nas universidades aumentou consideravelmente; o acesso à pílula anticoncepcional possibilitou a elas a separação do sexo da reprodução; o consumo de drogas passou a fazer parte do cotidiano; a população LGBTIQ+ começou a circular em espaços públicos, como bares, boates, casas de shows, saunas.

No caso das lésbicas, com o advento das mudanças socioculturais, elas passaram a se relacionar para além da esfera privada. Ainda que convivessem com outras mulheres lésbicas de maneira discreta, reservada e em ambientes fechados, sentiram a necessidade de expandir suas redes de relacionamentos, concentrando-se nos guetos espalhados pelo centro da cidade de São Paulo. O circuito que fazia parte das sociabilidades lésbicas no gueto era as proximidades da Rua Martinho Prado, localizada no bairro Bixiga, onde se encontravam os



bares como Canapé, Cachação, Último Tango, Ferros's Bar, Enfin's bar, Julio's bar, Bexiguinha, entre outros.

O GALF produziu o boletim *ChanaComChana*, que circulou entre os anos de 1981 e 1987, sendo localizado no coração da imprensa alternativa e da contracultura. O GALF percebeu que com as ações repressivas do regime militar, como a censura, a repressão e a vigilância, as lésbicas se fecharam em ambientes mais intimistas e discretos, fazendo com que poucas se engajassem em algum movimento político. Então, ao produzirem o boletim *ChanaComChana*, encontraram outra forma de se relacionarem com as mulheres, isto é, encontraram um recurso para sair do isolamento, do silêncio e da solidão (MAIA, 2017).

Por meio do boletim, foi notado que o GALF teve uma vida política muito intensa, apesar de se notar a pouca visibilidade aos registros históricos sobre suas atividades. Talvez seja importante frisar que a tentativa de ocultamento de suas histórias não ocorreu somente no domínio institucional, como nas ações repressivas da ditadura militar. Ocorreram também em ambientes de militância política, com o machismo, a misoginia e o heterossexismo presentes nas relações com o movimento LGBTIQ+ misto e com os movimentos feministas.

Foi observado também que ser lésbica nesse contexto era fazer oposição ao autoritarismo do Estado e ao conservadorismo nas relações familiares, nos partidos políticos, inclusive nos movimentos sociais. Ao proporem a eliminação das hierarquias de gênero e de sexualidades, elas colocaram as ideias libertárias em prática, adquiridas com as leituras de feministas e lésbicas e com o intercâmbio de experiências com outros grupos lésbicos nacionais e internacionais.

Há de considerar que boletim *ChanaComChana* foi pioneiro para as lésbicas da época porque foi um intermediador de relacionamentos entre mulheres, conforme se observou nas seções “Troca cartas”, “Anúncios” e “Informes”. Em outras palavras, o boletim conectava lésbicas de vários lugares do Brasil, e até mesmo no exterior, e abordava os vários aspectos das vivências lésbicas, como as relações no trabalho, na universidade, nos partidos, nas organizações autônomas e na esfera micro, com a família, com os amigos, com as companheiras, com o chefe, entre outros.

Analisando as experiências lésbicas nessa época, parafraseando Figari (2007), pode-se dizer que a ditadura militar abortou muitas experiências com o golpe de 1964, porém, ao mesmo tempo, ela radicalizou outras, como no caso do GALF e do boletim *ChanaComChana*.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORRILLO, Daniel. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- CARDOSO, Elizabeth. (2004a). *Imprensa Feminista Brasileira Pós-74*. Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- CHANACOMCHANA, ed. 01, dez. 1981.
- CHANACOMCHANA, ed. 03, maio. 1983.
- CHANACOMCHANA, ed. 08, ago. 1985.
- CHANACOMCHANA, ed. 10, jun/jul/ago/set. 1986.
- CHANACOMCHANA, ed. 12, fev/mar/abr/maio. 1987.
- COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria. (2002). Introdução. In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria (Org.). *Feminismo Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, pp.11-24.
- FERNANDES, Marisa. (2014). Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In J. Green & R. Quinalha (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar.
- FERNANDES, Marisa. (2018). Ações lésbicas. In M. Caetano; M. Fernandes; J. Green & R. Quinalha. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Editora Alameda.
- FIGARI, Carlos. (2007). @s “outr@s” Cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: EdUFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- GREEN, James. (2012). Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, (8).
- KAMINSKI, Leon Frederico. (2016). O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Revista Antítese*, 9(18), 467-493.
- LAMPIÃO DA ESQUINA, ed. 12, maio de 1979.
- LAMPIÃO DA ESQUINA, ed. 23, abril de 1980.
- LAMPIÃO DA ESQUINA, ed. 31, dezembro de 1980.



- LESSA, Patrícia. (2007). *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)*. Tese de doutorado em História, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- MACRAE, Edward. (1990). *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Editora da Unicamp.
- MAIA, Carolina. (2017). *Entre armários e Caixas Postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- MOUFFE, Chantal. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociologia Política*, (25), 11-23.
- PINAFI, Tânia. (2011). *Militante... Já viu, né? A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do movimento LGBT*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.
- QUINALHA, Renan. (2017). *Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese de doutorado em Relações Internacionais – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- SÁ, Rosana & CARVALHO, Marcus Vinícius. (2017). Tensões e disputas do movimento homossexual no *Lampião da Esquina* e no ChanaComChana durante a ditadura brasileira de 1964: o debate sobre sexualidade, educação, família e religião. *Anais do 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress*, Florianópolis.
- SEDGWICK, Eve. (2007). A epistemologia do armário (P. Dentzien, trad.). *Cadernos Pagu* (28), 19-54.
- SOUZA, Rafael (2013). *Saindo do gueto: o Movimento Homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982*. Dissertação de mestrado em Sociologia – Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- TREVISAN, João. Silvério. (1986). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. São Paulo: Record.
- VAN ZYL, Paul. (2011). Promovendo a justiça transicional em sociedade pós-conflito. In D. Reátegui (Org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina* (pp. 47-41). Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição.



WITTIG, Monique. (1992). *The Straight Mind and other Essays*. Boston: Beacon. Artigo traduzido por Mulheres Rebeldes; Recuperado em 28 fev. 2019 de <http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2010/07/sempre-viva-wittig.html>.